



A formação de educadores do campo em consonância com o contexto socioambiental do vale jaguari/rs

Andrea da Silva¹
Mariglei Severo Maraschin²
Claus Haetinger³

Resumo: Este artigo objetiva fazer uma exposição de um projeto, de caráter pioneiro, que visa a Formação de Educadores do (e para o) Campo do Vale Jaguari/RS, a ser implementado pelo Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Jaguari. Essa formação adota como metodologia de ensino a Pedagogia da Alternância, que se caracteriza pela articulação da teoria com a prática, em tempos e espaços alternados entre a escola e a comunidade. O projeto⁴ surgiu com o propósito de ofertar uma qualificação profissional a pessoas que desejam atuar ou capacitarem-se para a docência do campo. Essa formação apresenta um percurso de ensino-aprendizagem um tanto diferenciado, por conta da conjunção existente entre a área específica de habilitação de futuros professores com o cenário sócio-econômico-ambiental e cultural da região do Vale Jaguari/RS.

Palavras-Chave: Formação Docente. Educação do Campo.

Abstract: This work aims to present a pioneering project, focusing training Educators to/from the Rural Vale do Jaguari/RS, to be implemented by the Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari. This training adopts the methodology of teaching the Pedagogy of Alternation characterized by the articulation of theory with practice, in time and space alternating between school and community. The project started with the aim of offering a professional qualification for people who want to act or empower themselves for teaching field. This training course provides a teaching-learning somewhat different, due to the conjunction between the specific area of enabling future teachers with the socio-economic-environmental and cultural Vale do Jaguari/RS region.

Keywords: Teacher Training. Education in Rural Zone.

¹Doutoranda em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES e Bolsista Taxa PROSUP/CAPES – E-mail: silvandrea2005@yahoo.com.br

² Doutoranda em Educação da UFSM – E-mail: marigleism@hotmail.com

³ Doutor em Matemática e Professor do PPGAD da UNIVATES – E-mail: chaet@univates.br

⁴Este projeto foi parcialmente financiado pela SESU/SETEC/SECADI e atende ao edital 02/2012 destas secretarias.

Introdução

A educação do campo no Brasil está voltando, aos poucos a ser assunto de pauta nas discussões do cenário educacional. Prova disso, é a política do PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo), um programa do governo federal, lançado em 2012, que buscará estabelecer um conjunto de ações articuladas que atenderá escolas do campo e quilombolas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica.

Por conta desse programa, liberação de recursos federais aos Estados está acontecendo para maiores investimentos na infraestrutura e equipamentos nas escolas, ressurgindo assim uma preocupação e atenção por parte do poder público para a educação do campo. Por muito tempo, a educação rural ficou em segundo plano, adormecida, gradativamente diminuída, reflexo da desvalorização e do descaso dos órgãos governamentais.

A trajetória da construção de uma Política Pública Nacional de Educação do Campo, no âmbito deste governo e deste Ministério, teve início a partir das demandas apresentadas pelos movimentos sociais organizados do campo, representados pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no primeiro semestre de 2003, quando se instituiu o GPT – Grupo Permanente de Trabalho em Educação do Campo (BRASIL, 2009, p.2).

Segundo o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o Brasil é um grande produtor de alimentos, mas tem uma dívida com as populações camponesas. “Nós temos, aproximadamente, 30 milhões de pessoas que vivem no campo, o Brasil é a segunda maior agricultura do mundo, produz 300 bilhões de dólares e exporta quase 95 bilhões de dólares. No entanto, nós não temos uma política específica de educação para a população que vive no campo brasileiro”. No Brasil existem 76 mil escolas rurais, com mais de 6,2 milhões de matrículas e 342 mil professores. Outro dado relevante, 23,18% da população rural com mais de 15 anos é analfabeta e 50,95% não concluiu o Ensino Fundamental. “Foi um equívoco histórico. É um equívoco não dar prioridade à educação no campo, como aconteceu durante toda a nossa história”, disse Mercadante. (Fonte: MEC, 2012)

Recentemente, no mês de abril do presente ano, por iniciativa do Ministério da Educação, através da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) foi organizado um encontro com secretários municipais de educação de diversos municípios brasileiros para debater e estabelecer diretrizes para o

futuro da educação do campo, no sentido da permanência, fortalecimento e expansão dessa educação.

Não é novidade a problemática e a luta pela sobrevivência da educação do campo. As escolas rurais enfrentam uma série de problemas, desembocando em muitos casos, o fechamento de estabelecimentos de ensino e, os que resistem, ainda apresentam muitos empecilhos como: falta de transporte escolar, classes multisseriadas, pedagogia voltada para questões urbanas, desconexão com a realidade rural, falta de professores com qualificação em educação do campo. Essas fragilidades acabam acarretando na desagregação sociofamiliar, no êxodo rural, no subemprego, no envelhecimento das populações rurais, no cinturão de pobreza nas cidades, entre outros problemas sociais.

Na reportagem intitulada “Sucessão Rural – Saída pela Educação”, publicada no Jornal Correio do Povo, em 04 de novembro de 2012, são apresentados dados preocupantes em torno da educação do campo do Estado RS. Ela aponta que 276 mil agricultores gaúchos deixaram a zona rural em busca de melhores oportunidades nas cidades e, como consequência direta, a falta de sucessores que prosseguissem com a atividade em 45 mil famílias, colocando em risco o crescimento de produção de alimentos no Estado. Entre as principais causas está a falta de uma educação específica e direcionada às necessidades do campo, também foram assinalados como fatores de enxugamento no meio rural a carência de transporte escolar, longas distâncias das comunidades até os colégios, falta de laboratórios e de computadores, professores despreparados para trabalhar a realidade do campo, currículo inadequado, material didático elaborado em cima da realidade urbana e horários incompatíveis com as rotinas da labuta, são alguns itens que estão desestimulando os jovens a permanecer no campo.

Para Morigi (2003) a Educação do Campo deve ser aquela que assume a identidade do meio rural, comprometida com um projeto político pedagógico voltado às causas, desafios, sonhos, história e cultura daquele que vive e atua no campo. Por trabalhar com mudança de conteúdo e forma de funcionamento, a Educação do Campo não perde de vista o ser humano em seu envolvimento no processo de formação e de construção da sociedade.

De acordo com Souza (2009) “A Educação de Campo é mais do que escola, pois permite problematizar as condições de trabalho e a importância de uma formação inicial e continuada, direcionada para as condições de produção no campo”.

Perante o retrato da Educação do Campo do RS, o presente artigo discorre sobre uma alternativa e um incentivo para o fortalecimento da Escola do Campo na Região do Vale Jaguari, onde apresenta um considerável número de famílias situadas na área rural,

como exemplo, o município de Jaguari com 43% de população residente no meio rural (Fonte: IBGE, 2010), com existência de escolas do campo, que estão sob a gerência do governo municipal, que oferecem a Educação Básica às crianças e jovens moradores dessas localidades rurais.

Antes de abordar, com maior profundidade, sobre essa alternativa, torna-se necessário conhecer e saber um pouco mais sobre a Região do Vale Jaguari. Ele situa-se na Região Centro Ocidental Rio-Grandense, é constituído por nove municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. Possui uma área total de 11.268 Km² (ano 2011), o que corresponde a 4,5% do território do estado do RS, e tem como principais atividades econômicas - agricultura familiar e agronegócio. Com relação ao PIB, a região possui o total de R\$ 725.129.160,00, 2006, o que corresponde a 0,64% do total do estado. Quanto ao aspecto populacional apresentou, em 2011, o total de 117.161 habitantes, respondendo a uma densidade populacional de 10,4 habitantes por Km². (Fonte: FEE – Fundação de Economia e Estatística do RS, 2011)

No ano de 2011, Jaguari foi contemplado com um Câmpus do Instituto Federal Farroupilha, situado em uma comunidade rural nomeada de Chapadão, localidade essa conhecida pela Rota Turística e Gastronômica, que possui pousadas e estabelecimentos com produtos coloniais produzidos pelos italianos da região. O Câmpus Jaguari apresenta na sua essência uma vocação agrícola, que estruturalmente é constituído por uma área de 102 hectares, sendo que desses, 57 ha são formados por áreas cultiváveis, 30 ha por mata nativa, cinco ha são reservatórios artificiais de água e dez ha é a área onde se encontram as construções. Dentro desse espaço, estão instaladas duas unidades agroindustriais em funcionamento, sendo uma formada pela unidade demonstrativa que acontece a produção de cachaça e de álcool, a partir de cana-de-açúcar e sorgo sacarino; conta também, com equipamentos para produção de melado, açúcar mascavo e rapadura, e outra unidade corresponde ao Centro Mesoregional de Uva e Vinho. Na área da vitivinicultura, está sendo montado um vinhedo com 30 variedades de uva, uma cantina modelo e o laboratório de enologia para análise da qualidade de vinhos. No setor da agricultura, estão sendo desenvolvidas culturas, como: milho, feijão, moranga, abóbora, batata-doce, mandioca, amendoim, cana-de-açúcar, sorgo sacarino, além de hortifrutigranjeiros utilizados na alimentação escolar dos alunos do Câmpus Jaguari. (Fonte: Relatório Final de Implantação do Câmpus Jaguari, 2012)

Toda essa caracterização apontou nas audiências públicas, prioritariamente, o

Câmpus Jaguari para assumir o compromisso de oferecer cursos que possibilite na formação profissional para as pessoas do campo. Os cursos deverão, preferencialmente, adotar como metodologia de ensino, a pedagogia da alternância, contemplando as áreas: agricultura familiar, agroecologia, agroindústria familiar, vitivinicultura e turismo rural, entre outros previstos na Área das Ciências Agrárias - Eixo Tecnológico dos Recursos Naturais.

De acordo com estudos e pesquisas sobre o Vale Jaguari, registrado no Relatório Final de Implantação do Câmpus Jaguari, 2012, a agricultura familiar é uma das forças da economia da região, representada pela presença do minifúndio e da pequena propriedade familiar, onde esse tipo de atividade busca meios para promover a construção de um estilo de agricultura que seja mais sustentável e que possam promover processos de desenvolvimento rural sustentável a médio e longo prazo.

Nesse sentido, implantar um Curso de Licenciatura em Educação do Campo, no Câmpus Jaguari, significa adotar medidas inovadoras com teor social, possibilitando a elevação do índice de desenvolvimento humano através do estabelecimento de estratégias que privilegiem e estimulem a permanência do homem do campo no próprio campo, visando a mudança paradigmática de olhar a cultura, os valores e as concepções de mundo desse homem.

Para tanto, propomos um curso que contemple o universo do campo, contribuindo para a construção de alternativas pedagógicas que façam a diferença, na articulação entre o conhecimento sistematizado e o popular. Sendo assim, acredita-se que o curso de Licenciatura em Educação do Campo, seja um espaço de qualificação profissional aos educandos-educadores, ao mesmo tempo a oferta de docência voltada para a qualidade social, como também, oportunize espaços de gestão pedagógica e comunitária.

Essa proposta vem ao encontro dos objetivos de desenvolvimento da região do “Vale do Jaguari”, na perspectiva de alavancar a educação no meio rural, de ter plenas condições de interagir o conhecimento, sem retirar as pessoas do seu convívio. Também resgatar indivíduos que só encontravam como alternativa de avançar seus estudos na cidade, e que, após sua conclusão, muitos deles não retornavam para dar continuidade e melhoramento nas atividades agrícolas herdadas pelos seus familiares. Essa licenciatura tem um currículo diferenciado, não só pela sua metodologia, como pelo professor que será preparado para tratar questões rurais, fazendo com que sua linguagem seja apropriada e adaptada aos temas e anseios da comunidade rural, contribuindo de modo efetivo, no desenvolvimento local de modo sustentável.

Fernández e Garcia (2001) colocam que o desenvolvimento rural sustentável, entretanto, não se relaciona somente a aspectos econômicos e/ou produtivos de uma determinada região específica da zona rural. É processo interativo, sobretudo humano e ecológico, pois ele deve ser sustentável do ponto de vista ambiental, economicamente viável e socialmente aceitável.

Entende-se que a Licenciatura em Educação do Campo propiciará reflexões sobre educação na sociedade contemporânea para fora dos limites do espaço urbano. A educação do campo visa garantir ao trabalhador camponês o direito de educar-se de acordo com suas particularidades culturais e especificidades de vida.

A educação do campo, além de assegurar a universalização dessa população, a Educação Básica Profissional de Nível Técnico, deve também trazer na sua proposta pedagógica o trabalho, como princípio educativo, respaldado pelo seu caráter formativo e da educação como ação humanizante.

A educação do campo que busca forjar outras relações no meio rural “poderão ser discutidas, debatidas, visualizadas e recriadas outras formas de desenvolvimento, considerando-se outras formas possíveis de educação, de comunicação, de organização e de vida”. (TONIN, MEDEIROS e RAMOS, 2011, p.67).

Os Institutos Federais nasceram alicerçados na possibilidade da oferta de escolarização pública, gratuita e de qualidade aos jovens e adultos, pertencentes a comunidades que, por muitos anos, ficaram impossibilitadas de escolarização. Os eixos tecnológicos de cursos ofertados devem estar pautados em necessidades oriundas das comunidades de: quilombolas rurais, quilombolas urbanos, assentamentos urbanos, assentamentos rurais, pescadores, favelados, comunidades ribeirinhas, agricultores e agricultoras e demais movimentos sociais. (PACHECO, 2009)

Pelo papel dos Institutos, pelas características da região do Vale Jaguari, pela proposta que se configura para o campus e pela infraestrutura já existente na Instituição é que se justifica a implantação do Curso de Licenciatura desta natureza, nas cinco habilitações (Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias) a que se propõe, é a primeira Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal Farroupilha.

Licenciatura em Educação do Campo do Vale Jaguari/RS – sua Caracterização

O Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Educação do Campo do Vale Jaguari foi pensado e construído por várias mãos de profissionais da área de educação,

especialmente por aqueles que representam as áreas em que o curso será habilitado, além do auxílio da assessoria pedagógica, muitos com conhecimento e formação em Educação do Campo.

Para elaboração dessa proposta, alguns procedimentos foram adotados:

- Pesquisa bibliográfica sobre os principais tópicos: educação do campo, pedagogia da alternância, região do Vale Jaguari, dados estatísticos, legislação, programas e ações do MEC, entre outras informações complementares para constituição plena do documento.
- Estudo de projetos pedagógicos de cursos de licenciaturas desta natureza.
- Sistematização de experiências com Instituições de Ensino que ofertam formação de docentes para/no campo.
- Criação do documento por grupos de trabalhos de áreas específicas, após conjunção das escritas de cada grupo para redação única e final do projeto.

Essa proposta de curso foi aprovada, atendendo os critérios da chamada pública da SESU/SETEC/SECADI, ocorrida em agosto de 2012, que selecionou Instituições Federais de Educação Superior, para criarem cursos de Licenciatura em Educação do Campo - o IF Farroupilha foi classificado em 21ª colocação do *ranking*.

O curso tem como objetivo principal cumprir a Política Nacional de Educação do Campo, e possibilitar a inclusão social ao formar professores para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na modalidade de Licenciatura em Educação do Campo. Dialogando com a realidade sócio-econômica-ambiental e cultural específica da região de abrangência do IF Farroupilha-RS das populações que trabalham e vivem no campo, assim como os saberes que dizem respeito ao fazer pedagógico e didático, construindo uma formação acadêmica e científica articulada com os saberes advindos do campo. Os objetivos específicos, são:

- 1- Formar professores para o exercício da docência em Escolas do Campo nos Eixos Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias.
- 2- Oferecer formação para educadores das Escolas do Campo, capazes de fazer a gestão de processos educativos e produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculados à construção e execução de projetos sustentáveis estimulando a permanência do homem no campo.
- 3- Fomentar a efetiva expansão do Ensino Fundamental e Médio no campo, imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida do homem do campo.

4- Proporcionar, através das ações de ensino, pesquisa e extensão, a verticalização de atividades voltadas ao homem do campo.

5- Fomentar a prática do currículo integrado no curso, e nas escolas e espaços em que os profissionais atuam.

O egresso do curso terá o perfil para atuar na:

- Gestão de processos educativos escolares que envolvam a Educação Básica nos diferentes níveis e modalidades, a construção e organização do trabalho escolar de cunho pedagógico, onde está inserido o projeto político pedagógico.

- Educação Fundamental anos finais e Ensino Médio, somada à educação profissional de nível médio e formação inicial e continuada de trabalhadores, agregando ainda a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

- Docência nas áreas de conhecimento específicas que constituem o curso: Eixos Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias.

- Gestão de processos educativos da comunidade, trabalho que dê forma e contribua na organização das famílias e dos sujeitos como formação de lideranças, no sentido de propor iniciativas que viabilizem o desenvolvimento ecologicamente sustentável do campo.

No tocante à organização curricular, o curso de Licenciatura em Educação do Campo está organizado na perspectiva da Pedagogia da Alternância, uma metodologia de ensino que é empreendida por tempo/escola e tempo/comunidade.

Queiroz & Silva (2008), explicam a pedagogia da alternância:

(...) têm na pedagogia da alternância o princípio fundamental e norteador de seus projetos educativos. Tal princípio implica em um processo de formação do jovem agricultor que combina e articula períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar. Alterna-se, assim, a formação agrícola na propriedade com a formação teórica geral na escola que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária. A ênfase na formação integral do jovem, na participação das famílias na condução do projeto educativo e na gestão da escola, assim como a perspectiva de desenvolvimento local são os outros princípios que, articulados à alternância, sustentam o projeto pedagógico (...). (p. 3)

Segundo Queiroz (2006) esta pedagogia será a alternância integrativa real ou copulativa: com a compenetração efetiva de meios de vida socioprofissional e escolar em

uma unidade de tempos formativos. Nesse caso, a alternância supõe estreita conexão entre os dois momentos de atividades em todos os níveis – individuais, relacionais, didáticos e institucionais. Não há primazia de um componente sobre o outro. A ligação permanente entre eles é dinâmica e se efetua em um movimento contínuo de ir e retornar. Embora seja a forma mais complexa da alternância, seu dinamismo permite constante evolução. Em alguns centros, a integração se faz entre um sistema educativo em que o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu próprio meio e na escola, estando esses tempos interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos, pela associação, de forma harmoniosa, entre família e comunidade e uma ação pedagógica que vise à formação integral com profissionalização. (p.3-4)

A Pedagogia da Alternância aponta para uma relação trabalho-educação, tendo por base a cooperação e a autogestão. (RIBEIRO, 2008) Nesse sentido, o curso assume a formação integral e vê o trabalhador como possuidor de saberes e com a possibilidade de construir conhecimentos na coletividade e na prática pedagógica. Por isso, cada semestre do curso será estruturado em tempo de escola e tempo comunidade, ambos com uma interligação e com uma relação com a pesquisa e a extensão.

Cada semestre terá um eixo temático e um projeto integrador. O total do curso será de 3224 horas, distribuídos em quatro anos, com oito semestres. Cada semestre terá um total específico de horas compreendendo as de tempo escola – distribuídas em um final de semana por mês, com aulas sexta à tarde, noite e sábado, duas semanas consecutivas de aulas concentradas em julho; janeiro e fevereiro, com aulas de segunda a sábado nos turnos manhã, tarde e noite, totalizando 20 dias letivos de efetivo trabalho escolar. Um quantitativo de horas de tempo comunidade compreendendo as semanas que o licenciando estará nas escolas de origem ou escolas conveniadas desenvolvendo práticas planejadas no tempo escola e acompanhadas/supervisionadas por docentes ou monitores do Instituto. Essas contemplarão 80 dias letivos.

A seguir, explicamos como será organizado o tempo escola e o tempo comunidade:
Tempo Escola: nesse espaço o estudante trabalhador participará de atividades formais no Câmpus Jaguari. As atividades envolverão aulas integradas, seminários, apresentação dos projetos de pesquisa e extensão, relatos de práticas pedagógicas integradas, de estágios, sistematização dos portfólios, planejamentos de estudos bibliográficos e avaliações.

Tempo Comunidade: compreende o tempo em que os estudantes trabalhadores desenvolverão seus planos de estudo na comunidade onde vivem, sejam escolas do campo onde atuam ou instituições conveniadas. As atividades compreenderão atividades práticas

de pesquisa ou extensão; estudos, desenvolvimento de projetos de prática pedagógica integrada ou estágio supervisionado.

Cada Eixo Integrador terá um projeto integrador construído no diálogo entre estudantes, professores, assistente social e gestores e envolverá todas as disciplinas do semestre. O projeto será base para o desenvolvimento da prática pedagógica integrada. Cada projeto será sistematizado coletivamente e cada aluno fará o registro de seus objetivos e conclusões no seu portfólio. Cada final de semestre haverá um Seminário Integrador que será a culminância do Eixo, a partir do relato dos projetos integradores, das práticas pedagógicas integradas e da parte do tempo comunidade das disciplinas.

Serão instrumentos pedagógicos:

Planejamento do Semestre: ocorrerá necessariamente antes do início do semestre onde todos os professores e coordenação planejarão a organização do tempo escola, do tempo comunidade e as atividades de abertura do eixo. Todo esse planejamento será apresentado na primeira aula do semestre e será concluído em parceria com os alunos.

Plano de Formação: O plano de formação será construído no início do curso em parceria com a assistente social, todos os professores e gestores. Assim, o aluno planejará as temáticas em que se envolverá nos seis semestres de curso, considerando o aspecto de formação de professores, a educação do campo e a habilitação específica.

Plano de Estudo: O plano de estudo será organizado no início de cada semestre, onde o aluno planejará as atividades realizadas no tempo comunidade.

Plano de Trabalho do Professor: será construído pelo professor responsável pela disciplina no semestre e deverá conter: objetivos, metodologia, tempo escola, tempo comunidade, atividades integradoras e avaliação.

Portfólio do Educador: é o registro de todas as etapas realizadas durante o curso. Registra e reflete, de forma sistemática, as ideias, motivações, opiniões, propósitos, enfim, todas as vivências realizadas no tempo escola e tempo comunidade e faz considerações de ordem crítica e teórica. O portfólio será de responsabilidade do aluno e deverá ser entregue semestralmente. Em cada semestre, o aluno deve apresentar:

1. Reflexão crítica individualizada acerca do grau de participação nos projetos do tempo comunidade.
2. Reflexão crítica do processo de desenvolvimento dos projetos e suas limitações.
3. Conclusões do semestre interligando o tempo escola, o eixo, o projeto integrador e a prática profissional integrada.
4. Resultados da etapa.

5. Reflexões finais: auto avaliação da participação no processo.

Haverá também:

- Visitas de Estudos: serão planejadas de acordo com as necessidades dos alunos e a proposta do professor.
- Visitas do Professor à Realidade do Aluno: acontecerão conforme planejamento inicial e deverão ocorrer necessariamente uma vez durante o curso.
- Caderno de Acompanhamento da Alternância: neste caderno, o aluno registrará as atividades no tempo comunidade. E, deverá estar de acordo com plano de estudo, ter acompanhamento do monitor responsável, ser apresentado na visita do professor e entregue sempre no final do semestre.
- Relato da Vivência: todo retorno do tempo comunidade deverá ser enviado uma semana antes para a plataforma *moodle*⁵ e apresentada resumidamente para a turma antes do início do tempo escola.
- (Re)Planejamento: momento após o relato, onde os alunos organizados em grupos, orientados por professores planejam a próxima alternância.
- Autoavaliação: após a realização de cada alternância o aluno deverá registrar sua autoavaliação anexando no portfólio e contribuindo para a avaliação final do semestre
- Seminário Integrador: ocorrerá no final do semestre, onde cada aluno apresentará a culminância do eixo destacando a parte comunidade das disciplinas, o projeto integrador e a prática pedagógica integrada.
- Avaliação Interdisciplinar: será um dos instrumentos de avaliação para a composição da nota final. Essa avaliação será realizada coletivamente por todos os professores após a apresentação do Seminário Integrador.
- Conselho de Classe: ocorrerá no interstício das alternâncias, onde os professores, coordenação, assistente social, psicólogo e monitor avaliam coletiva e individualmente cada grupo de alunos. Fica a cargo do monitor apresentar o retorno dessas avaliações aos alunos.

Cada turma terá um monitor responsável por fazer o elo entre os docentes e os alunos no tempo comunidade. Esse deverá manter contato constante com o aluno zelando pela realização das atividades e pela permanência do aluno no curso. Deverá estar em contato com a coordenação, encaminhando as dificuldades dos alunos aos setores

⁵ MOODLE (*Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*) é um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). É um sistema de gestão de aprendizagem na modalidade a distância para auxiliar os educadores a criar, com facilidade, cursos *online* de qualidade. Fonte: Tutorial do Moodle – Versão Aluno. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

responsáveis.

Quanto à matriz curricular, constitui-se de:

a) Núcleo Comum: composto pelo núcleo básico e pelo núcleo pedagógico, visa proporcionar ao licenciando estratégias para a construção da formação docente numa perspectiva teórico-conceitual, reafirmando a identidade cultural, articulando aspectos da docência, memória e práticas educativas na educação do Campo.

b) Núcleo Específico: pretende propiciar uma sólida formação teórico-prática, oferecendo conteúdos curriculares específicos e metodologias de aprendizagem de cada habilitação para o desenvolvimento nas respectivas áreas do conhecimento – a saber: Ciências da Natureza, Matemática; Ciências Humanas e Sociais; Linguagens e Códigos e Ciências Agrárias.

c) Núcleo de Atividades Integradoras: composto por tempo comunidade: 400 horas de práticas pedagógicas integradas; 400 horas de estágio supervisionado; atividades de pesquisa e extensão; 24 seminários integradores.

d) Atividades Complementares (200 horas): constituídas de atividades extra-curriculares que poderão ser desenvolvidas na dinâmica do Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. Tais atividades de capacitação acadêmica podem constituir-se a partir de: monitoria do curso específico, participação em projetos de extensão, atividade profissional vinculada ao curso, participação em palestras, seminários, mesa redonda, congressos, conferência, iniciação científica, trabalhos publicados e outras atividades de cunho acadêmico-científico-cultural que se articulem com a proposta do curso.

Em relação aos professores que atuarão no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Câmpus Jaguari, como previsto no Projeto Pedagógico de Curso (2012), todos eles participarão de uma formação que contemplará conhecimentos da Educação do Campo, Pedagogia da Alternância, projeto pedagógico e planejamento das atividades do curso. Após, esse processo, terão reuniões sistemáticas para planejamento, (re)planejamento e acompanhamento das atividades do tempo comunidade e tempo escola. Esses docentes continuamente precisarão:

- Identificar o processo de ensino-aprendizagem como processo humano em construção.
- Identificar os aspectos filosóficos e sociais que definem a realidade educacional.
- Possuir conhecimento sólido e abrangente na área de atuação, com domínio das práticas da educação do campo.
- Possuir capacidade crítica para analisar de maneira conveniente os seus próprios conhecimentos.

- Assimilar novos conhecimentos científicos e ou/ educacionais e refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político.
- Compreender o processo social da ciência e a sua natureza epistemológica, compreendendo o processo histórico-social da educação no campo.
- Saber trabalhar em equipe e ter boa compreensão das diversas etapas que compõem um curso de formação.
- Investir em sua formação continuada, desenvolvendo a capacidade para estudos extracurriculares individuais ou em grupo, espírito investigativo, criatividade e iniciativa na busca de soluções para questões individuais e coletivas.
- Ter formação humanística que permita exercer plenamente sua cidadania e, enquanto profissional, respeitar o direito à vida e ao bem-estar dos cidadãos.
- Desenvolver projetos de pesquisa e extensão, baseados na Pedagogia da Alternância.

Ao somar com essas ações, na qualificação de docentes do/para o campo serão contemplados no seu preparo, conhecimentos e aplicabilidade de educação ambiental. Isso porque no meio rural também existe uma carência de práticas sustentáveis, que merecem uma intervenção educativa por meio de várias atividades que poderão ser desenvolvidas no sentido de conscientização ecológica, através de diálogos e projetos, que os levem a mudanças na forma de interpelação do homem com a natureza e no enfrentamento com as problemáticas relacionadas ao meio ambiente.

O tempo-comunidade como sugere o projeto do curso permitirá não só conhecer e estudar a realidade local, como também uma aproximação mais efetiva com seus habitantes. Com eles interagir no sentido de construir uma cidadania ambiental, perceber demandas, e a partir dessas, agir no sentido de modificações não só de comportamentos, mas de relacionamento com a natureza.

Nesse contexto, a Educação Ambiental é utilizada como uma ferramenta de sensibilização contra a degradação ao meio ambiente, pois promove novas atitudes, construindo valores da formação cidadã a fim de proporcionar no futuro, uma comunidade mais sensibilizada (SACRAMENTO, ARAUJO e ROÇAS, 2008)

Haja visto que a educação ambiental deixou de ser um assunto exclusivo de grupos de ambientalistas ou de pessoas especializadas da área, toda a sociedade deve estar inserida nessa discussão, e ao tratar dessa temática, não pode ficar apenas estagnada na instância teórica, e sim permear para plano prático.

Como sugere Fuchs (2008) a educação ambiental deve ser trabalhada de forma

interdisciplinar, com a utilização de conhecimentos ambientais de literatura e junto com dados do cotidiano, procurando situações que favoreçam ações ambientais, situações de aprendizagem que resultem em uma sociedade sustentável.

Seguindo nessa linha de reflexão, pensar no conectar disciplinas, em torno do tema educação ambiental, torna-se uma alternativa interessante, pois este vivencia atitudes e práticas ecologicamente corretas, para que seja mais eficaz este aprendizado, e mais concreto para o aluno - futuro professor - dando-o condições de perceber o *link* entre sua formação, o mundo do trabalho e o universo ambiental.

Essa interdisciplinaridade, na prática, condiciona para uma comunicação entre diversos saberes, não fragmentados, mas de um saber plural, que promove muitas dinâmicas e abordagens que podem ser realizadas no objetivo de traçar um caminho de uma educação ambiental sólida, permanente e transformadora.

Nessa perspectiva, muitas possibilidades podem ser adotadas para uma ampla visão e sensibilização pelas causas ambientais, aproveitando as opções da região Vale Jaguari, que oferta um vasto espaço para tal aprendizagem. Entre as alternativas podem-se desenvolver: trilhas ecológicas, estudo da fauna e flora, qualidade e tratamento da água, destinação de resíduos, atividades de plantio, diagnóstico socioambiental. Além desses, também podem ser efetivadas: oficinas comunitárias, campanhas, exposições, palestras, filmes, seminários e muitos outros instrumentos de orientação pedagógica, que podem ser trabalhados no intuito de aprimoramento, compreensão da natureza e das demandas sociais.

A educação ambiental sugere uma mobilização que reúna diversos atores sociais. Através da coletividade, conhecimentos são compartilhados e articulações são promovidas para uma direção de internalização de uma consciência ambiental.

Por fim, essa preocupação no processo formativo de futuros professores em educação do campo pelas questões ambientais visa estimular a adoção de atitudes responsáveis, imbuídas numa ótica de desenvolvimento sustentável. E, nesse viés, estruturar interlocuções, mediações e métodos que significativamente engajem as pessoas não somente para estabelecer discussões, mas que façam a diferença na postura diante do meio ambiente.

Considerações Finais

Não se tem a pretensão de fazer conclusões sobre um processo educacional que está em pleno desenvolvimento, onde o debate e o trabalho acerca da Educação do Campo está

apenas começando.

O que se pretende é que este projeto possa formar educadores vocacionados, apaixonados pelas questões rurais, e que, após a conclusão desta graduação, coloquem-se a disposição de fazer a diferença na vida das pessoas, da comunidade, do local em que estarão inseridos. Deseja-se que a educação rural não seja coadjuvante do cenário da educação brasileira e sim, protagonista, mostrando aos jovens e adultos sua força e sua importância, que o campo é um caminho viável, possível, que vale a pena investir, viver e contribuir para o desenvolvimento local/regional, sem necessariamente, ter que buscar no meio urbano um espaço no mercado de trabalho e realização pessoal.

Inquestionavelmente, um projeto como este para obtenção de seu sucesso é imprescindível a participação efetiva de todos os atores envolvidos, para que assim o real objetivo de uma Educação do Campo e de suas políticas venham ao encontro de um projeto de sociedade, menos desigual e excludente, e de uma educação emancipadora, valendo-se e valorizando saberes e vivências que possam de fato ser o meio de desenvolvimento e transformação social.

Sem dúvida, essa proposta de formação servirá de palco para muitas reflexões e, a partir de seus desassossegos e avanços, serão pontos que nortearão o aprimoramento e ajustes ao longo dessa jornada formativa, mas vale o desafio, a prática e a experiência para a evolução de um projeto ideal para educação do campo.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Aprimoramento da sistemática de gestão do Ministério da Educação – MEC** em seus processos de formulação, implantação e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

_____. **Edital nº 006 de 1º de abril de 2009**. Brasília, DF: Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização da Diversidade - Rede de Educação para a Diversidade, 2009.

_____. Lei 9394/96 de 20.12.96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília (DF): Diário Oficial da União. nº 248 de 23/12/1996.

_____. Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

_____. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 (*)** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, 2008.

_____. **Resolução CNE/CEB de 01 de abril de 2002** que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE)**, instituído pela Lei nº 10.172/2001.

FERNÁNDEZ, Xavier Simon; GARCIA, Dolores Dominguez. **Desenvolvimento Rural Sustentável: Uma Proposta Agroecológica**. Porto Alegre. v. 02, nº 02, abr/jun, 2001.

FUCHS, Regina Barboza Hardok . **Educação ambiental como desenvolvimento de atividades interdisciplinares na 5ª série do ensino fundamental**. Monografia de especialização. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais, programa de pós-graduação em educação ambiental Santa Maria, Rs. 2008. Disponível em: < <http://jararaca.ufsm.br/websites/unidadedeapoio/download/monoRegina.pdf>> Acesso em: 11 jul. 2011.

MORIGI, Valer. **A escola do MST: uma utopia em construção**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

Projeto Político Pedagógico do Curso Licenciatura em Educação do Campo. Instituto Federal Farroupilha – Câmpus Jaguari, 2012.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação/SETEC, Brasília, 2009.

QUEIROZ João Batista Pereira de; SILVA, Lourdes Helena da. **Formação em Alternância e Desenvolvimento Rural no Brasil: As Contribuições das Escolas Famílias Agrícolas. Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)**, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAAlg, CD-Rom, 2008.

Relatório Final de Implantação do Câmpus Jaguari. IF Farroupilha, 2012.

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. Educação e Pesquisa**. São Paulo, v 34, nº 1, p.27-45, jan./abr. 2008.

SACRAMENTO, P.; ARAÚJO, F.; ROÇAS, G. “Análise da interdisciplinaridade e transversalidade da educação ambiental em uma escola do Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro”. **Cadernos do Aplicação**, vol. 21, nº 1, 2008.

SOUZA, Maria Antônia de. O movimento da Educação do Campo, as tensões na luta por um direito social e os sinais da construção de políticas públicas. **EccoS Revista Científica**, v.11, nº 1, p.39-56, jan./jun., 2009.

TONIN, C.; MEDEIROS, L.; RAMOS, J. Transformações sociais: Educação do campo. In: COELHO-DESOUZA (org) **Transformações no espaço rural**. PLAGEDER/SEAD-UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.49-69, 2011

SANTANA, Djácia. **A LDB e a Educação do Campo**. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/a-ldb-e-a-educacao-campo/721/#ixzz28eKSy9B5>> Acesso em: 10 out. 2012.